

penharam, com o mesmo ardor, a mesma confiança e a mesma humildade, desde os titulares das pastas em que se distribuiu a Administração, até aos mais humildes servidores.

Esta imensa colmeia que é a administração paulista mobilizou-se como um todo, em escala de entusiasmo, pois reconheceu a procedência das medidas que nos propusemos e a sua articulação num plano global de vitalização da atividade do Estado.

Por isso, três anos vencidos, torna-se impossível falar das tarefas do Estado no ano findo e dos objetivos alcançados, sem integrá-los no conjunto das realizações do triênio, pois as iniciativas da administração revestem-se de um caráter pluri-riental e as conquistas de hoje decorrem de ações determinadas anteriormente.

Apraz-me, pois, com o indisfarçável orgulho que só a dedicação à causa social e nacional permite seja confessado, traçar o panorama global da obra do meu Governo, como um desafio às responsabilidades assumidas e confissão sincera para vosso julgamento e julgamento do povo.

Poderia limitar-me ao testemunho inequívoco e sumário que vos dei: o de ter garantido a paz e a segurança neste Estado e o de ter estimulado o processo do seu desenvolvimento. São Paulo serviu a Nação, neste anos de transformações essenciais e de ameaças criminosas à tranquilidade social, garantindo a ordem, sem esmorecer o seu labor profícuo, antes ativando-o em escala nunca anteriormente atingida.

A leviandade dos juízos, a desatenção irresponsável e confortável e o personalismo na crítica, conseguem se sustentar, sem má consciência, como se a obra de governo não fôsse coletiva e não devesse nos exaltar e envaidecer, quando, objetivamente, forem inegáveis os resultados colhidos.

De minha parte somente quis servir ao meu Estado. E se houve acerto na minha ação; se não trai o meu passado e a minha gente; se não deixei ir à deriva o barco que me confiaram; se posso dar contas de obras numerosas, úteis à nossa comunidade; se estimei a prosperidade e acelerei o desenvolvimento; se servi ao Brasil valorizando a missão paradigmática de São Paulo, então me sinto em paz comigo mesmo e nenhuma outra satisfação me poderia ser mais preciosa

Economia e Finanças

Ao assumir o Governo, em fevereiro de 1967, a situação das finanças públicas poderia ser caracterizada como calamitosa. Nos meses anteriores, de julho de 1966 até fevereiro de 1967, tinha havido um esforço da Administração no sentido de recuperar a saúde financeira do Estado. Mas, de qualquer forma, deparei-me com um "deficit" orçamentário, na revisão levada a efeito em março de 1967, de quase 870 milhões de cruzeiros novos. A Secretaria da Fazenda, que é o órgão orientador e disciplinador da política financeira do Estado, atravessava, pois, uma das fases mais graves de sua história.

Acresce que a reforma tributária federal, baixada sem concessão de prazo hábil para a adaptação da economia do Estado à nova sistemática estabelecida, perturbou a ação dos órgãos fazendários, exatamente no início do meu Governo, em que se deveria implantar a reforma, substituindo-se o mais importante tributo do Estado, o IVC, pelo novo tributo, o ICM. Por

outro lado, as restrições normativas e de taxaço de impostos, não abriram perspectivas alvissareiras ao saneamento imediato do tesouro estadual. E o registro de uma recessão econômica, no primeiro semestre de 1967, ainda tornava mais grave a situação.

Havia necessidade de medidas radicais. Implantou-se o ICM, regulamentando-se a sua cobrança, adiou-se a elevação de sua alíquota e fomentaram-se, ao máximo, as atividades econômicas. E na política orçamentária, a redução dos gastos pelo congelamento de verbas e suspensão de investimentos adiáveis e o estabelecimento de prioridades para as iniciativas de rentabilidade econômica, conseguiu aliviar a crise, de que é exemplo, no campo orçamentário, a redução do "deficit" de 867.740 mil cruzeiros novos para ... 381.184 mil cruzeiros novos.

Os objetivos, pois, fixados para o primeiro ano de Governo, foram plenamente atingidos.

No campo tributário o Governo agiu em 1967 com a máxima prudência, para evitar que a adequação da nova sistemática fôsse causa de perturbação no desenvolvimento econômico.

Vários decretos foram baixados e o conjunto desses diplomas revelou-se eficaz como regulador da política tributária. Além da regulamentação da lei que instituiu o ICM (Decreto n. 47.763, de 17 de fevereiro de 1967), foram regulamentadas também as isenções e reduções do mesmo ICM, estabelecido o parcelamento de débitos fiscais para atenuar as dificuldades creditícias que as classes produtoras enfrentavam, regulamentadas as operações de café cru dentro da sistemática do ICM, estimulada a melhoria do comércio de produtos agrícolas, pela dedução de 70% do tributo nas saídas de numerosos produtos e aprovados os convênios firmados com os Secretários da região centro-sul relativos à implantação do ICM e realizados em Cuiabá, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Os convênios citados autorizavam o aumento da alíquota do ICM, para suprir as deficiências de receita do Estado, mas o Governo preferiu não elevar a alíquota para evitar, numa hora de recessão econômica, o aumento dos custos de produção e circulação e, conseqüentemente, a diminuição do volume de vendas, com repercussão posterior na própria arrecadação.

O efeito foi surpreendente e, a partir de maio, verificou-se um desfôgo nos negócios, caracterizando nitidamente um processo de recuperação econômica, embora ainda incapaz de neutralizar a queda violenta verificada no primeiro trimestre.

Para garantir ainda mais, pela política orçamentária, essa recuperação, foi revista com o maior realismo e objetividade o setor das despesas do Estado, visando a comprimi-la a níveis compatíveis com o "deficit" orçamentário e financeiro do Tesouro. Isso foi realizado sem cortes drásticos, meramente proporcionais e sem perder de vista a prioridade e a análise dos programas a realizar ou a sacrificar. Instituiu-se, então, uma reserva orçamentária (Decreto n. 47.925/67), instrumento que atuou secundariamente, pois em vez de eliminar total ou parcialmente os programas, condicionou a plena aplicação dos recursos a eles destinados ao comportamento global da arrecadação.

Os resultados demonstraram grande avanço no sentido do realismo da programação e da segurança na execução.